MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2025

TARDE

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

FGV CONHECIMENTO

Conhecimentos Gerais
Língua Portuguesa

1

Uma das marcas do texto argumentativo é a presença de certas estratégias que pretendem modificar as ideias do receptor sobre uma tese.

Abaixo aparecem algumas dessas estratégias; assinale a opção em que a definição da estratégia apresentada está corretamente aplicada ao seguinte texto:

"A crise econômica mundial é um problema que preocupa a todos, por exemplo a Europa tem países com uma alta taxa de inflação".

(A) Apresentação de um caso particular que serve de ilustração do ponto de vista do emissor.
(B) Inclusão do texto de palavras de um especialista no tema para apoiar com maior força a opinião do emissor.
(C) Presença de uma pergunta cujo objetivo não é a resposta por parte do receptor, mas a provocação de sua reflexão.
(D) Citação de uma informação numérica real que ilustra uma ideia que se está defendendo.
(E) Comparação de elementos que se relacionam por sua semelhança.

2

Leia os seguintes conselhos para uma boa escrita:

"Deve-se utilizar uma linguagem correta na expressão do conteúdo; não se utilizarem frases feitas ou rebuscadas; não sobrecarregar as orações e evitar as complexidades com muitas subordinadas; dizer o que se quer de uma forma pessoal, clara e simples; recordar que se escreve para os outros e, por isso, facilitar a tarefa, o que inclui a ortografia e a apresentação". Segundo esses conselhos, assinale o único texto adequado entre os que estão abaixo.

(A) Melhor é morar numa região deserta do que com uma companhia desagradável.
(B) Nem todo cidadão merece os previlégios da lei.
(C) Qualquer pessoa inteligente que leia um contrato de aluguel e mesmo assim alugue o imóvel, apesar dos problemas, merece todas as consequências que desse contrato advêm.
(D) Continuo achando o casamento uma ótima experiência, por isso me casei.
(E) É possível ser um homem bom e um péssimo trabalhador.

3

Assinale a frase abaixo em que o argumento apresentado está corretamente classificado.

(A) O chamado efeito estufa é provocado pelo aquecimento da terra. Isso se deve ao fato de estarmos continuamente maltratando o meio ambiente / relação de causa-efeito.
(B) Nas rodovias interestaduais, a morte de jovens motociclistas de 18 a 25 anos supera 91% / apelo à intimidação do receptor.
(C) Segundo um estudo das Nações Unidas aumenta o movimento emigratório nos países em desenvolvimento / apelo a estatísticas.
(D) Como vamos nomear um diretor que já se afastou da empresa duas vezes? / raciocínio de círculo vicioso.
(E) Todo mundo está de acordo em que devemos proteger os menores, mas o que fazer com crimes mais graves? / Simplificação exagerada.

4

Assinale a opção que mostre o tipo causal de raciocínio argumentativo.

(A) Minha irmã teve más notas na escola, suspira pelos cantos o dia inteiro, só escuta música romântica... Acho que ela está apaixonada.
(B) Senhores, não há dúvida de que para a construção do novo edifício, são necessárias 30 toneladas de cimento e 20 toneladas de ferro. Os cálculos foram realizados em várias ocasiões e foram ratificados pelo engenheiro cuja experiência em cálculos e medidas é conhecida por todos vocês.
(C) As estacas ajudam as árvores a crescerem direito. Esse mesmo trabalho tem os pais na educação dos filhos.
(D) A literatura sobre o amor teve sempre grande sucesso. Referem-se ao tema amoroso, entre outros autores, Cervantes, Kafka, Rabelais, Mann e Homero.
(E) A guerra entre Ucrânia e Rússia deve terminar breve, pois há um risco enorme de ela transformar-se no estopim de uma nova guerra mundial.

5

Entre as opções abaixo, aquela que mostra a falácia do círculo vicioso, é:

(A) Esse bairro, no Rio de Janeiro, é muito perigoso, pois ontem me assaltaram lá.
(B) Pedro Cruz é o responsável por todos os crimes praticados pela mineração ilegal no país, pois ele é o gerente.
(C) José Navarro vai ganhar a Tour de França este ano porque ele é o melhor ciclista de todos os que competem.
(D) Se você de verdade ama o Brasil, deveria votar "Sim" no próximo plebiscito.
(E) A obra de Edgar Allan Poe é de má qualidade, pois ele era um bêbado que se casou com a própria prima.

6

Observe o seguinte pensamento:

"A teoria da evolução das espécies é falsa porque isso significaria que os seres humanos são descendentes dos macacos, o que é um absurdo."

Nesse texto há um erro de raciocínio argumentativo que é corretamente explicado na seguinte opção:

(A) Apela para preconceitos e emoções do público em lugar de oferecer argumentos ou evidências.
(B) Supõe que um evento levará inexoravelmente a outros eventos semelhantes, frequentemente mais radicais.
(C) Indevidamente repete o argumento com palavras diferentes.
(D) Supõe que um evento é causa de outro porque os dois estão aparentemente relacionados.
(E) Modifica ou tergiversa um argumento porque é mais fácil atacar a versão tergiversada que atacar a versão original.

7

Heródoto conta o episódio da resposta do oráculo de Delfos a uma consulta de Creso, rei da Lídia, antes de cruzar a fronteira para enfrentar o grande exército persa: "Se você for para o Oeste e cruzar o rio Hallis, um poderoso império será destruído". Efectivamente, contra sua confiante interpretação, o império destruído foi o do próprio Creso.

O texto da previsão do oráculo mostra uma falácia informal ou extra lógica, que é:

(A) inferência indevida por extrapolação.
(B) a possível ambiguidade.
(C) argumento intimidatório.
(D) desvio do objeto da discussão para a pessoa.
(E) substituição da razão por apelos emotivos.

8

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi respectivamente modificada para a forma reduzida e para a forma nominalizada (transformação em substantivo).

Assinale a opção em que há um erro na modificação.

(A) O presidente achou bom que o deputado interviesse na discussão / O presidente achou bom o deputado intervir na discussão / O presidente achou boa a intervenção do deputado na discussão.
(B) Estaria bem que os acusados devolvessem o dinheiro / Estaria bem os acusados devolverem o dinheiro / Estaria bem a devolução do dinheiro pelos acusados.
(C) Foi ruim que discordássemos de todos / Foi ruim discordarmos de todos / Foi ruim nossa discordância de todos.
(D) O pai achou conveniente que provesse a dispensa / O pai achou conveniente provir a dispensa / O pai achou conveniente a provisão da dispensa.
(E) Será proibido que os deputados entrem sem gravata / Será proibido aos deputados entrarem sem gravata / Será proibida a entrada dos deputados sem gravata.

9

As opções abaixo mostram frases que foram colocadas no plural. A frase em que houve erro gramatical nesse processo, é:

(A) Tem-se obtido bom retorno de nosso investimento / Têm-se obtido bons retornos de nosso investimento.
(B) Não se necessitará de seu empréstimo / Não se necessitarão de seus empréstimos.
(C) Espero que se modifique a estrutura do projeto / Espero que se modifiquem as estruturas do projeto.
(D) Nunca se desobedeceu à regra disciplinar da escola / Nunca se desobedeceu às regras disciplinares da escola.
(E) Conquistou-se novo freguês para o produto / Conquistaram-se novos fregueses para o produto.

10

Um livro de lógica afirma o seguinte:

"Pessoas predispostas a acatar preconceitos raciais, religiosos ou nacionalistas efetuam comumente amplas generalizações, abrangendo todos os elementos de uma classe".

Esse processo aparece no seguinte exemplo:

(A) Como a maioria dos latinos, os argentinos são muito preguiçosos, o que pode ser comprovado pelo hábito da sesta.
(B) Os mineiros são como os húngaros: preferem a carne de porco à de boi.
(C) As mulheres devem receber sempre muito carinho, é o que já dizia Homero na Ilíada.
(D) Como é possível ser ele o indicado para o cargo, já que agride a mulher com frequência.
(E) Essas árvores são tais quais mulheres grávidas: depois de nove meses dão frutos.

11

Observe o seguinte texto:

"Senhor juiz, eu sei que o senhor tem bom coração. Está certo que meu filho cometeu um crime, mas ele deve ser absolvido. Esse menino está enfrentando problemas terríveis: o pai adoeceu, o irmão está desaparecido, a irmã fugiu de casa, uma tragédia. Se ele for condenado, ficará traumatizado para o resto da vida, senhor juiz".

O problema estrutural desse texto é que

(A) os argumentos não apoiam a conclusão.
(B) a analogia realizada não é adequada.
(C) o apelo ao sentimento do juiz é adequado.
(D) os argumentos dão autoridade ao pedido.
(E) a argumentação produz provas falsas.

12

Em um debate, é importante não só saber defender as suas ideias, mas também saber compreender o ponto de vista do outro. Num debate sobre os aspectos positivos e negativos das viagens do homem à lua, ***não*** serve de argumento contrário a essas viagens:

(A) A Lua não tem minerais valiosos.
(B) Gasta muito dinheiro em área não tão urgente.
(C) Não traz muito conhecimento sobre o espaço.
(D) Representa um estágio para outras viagens.
(E) Não há possibilidade de vida na Lua.

13

Assinale opção que apresenta um silogismo estruturado de forma adequada.

(A) Todos os produtores agrícolas são dedicados / João é dedicado / João é produtor agrícola.
(B) Todos os homens são mortais / O ministro é mortal / O ministro é um homem.
(C) Todos os livros são úteis / Dom Casmurro é um livro / Dom Casmurro é útil.
(D) Meus amigos são revolucionários / Geraldo é um revolucionário / Geraldo é meu amigo.
(E) Todos os supermercados vendem café / Esta loja vende café / Esta loja é um supermercado.

14

Um advogado, no tribunal, defendia seu cliente, acusado de roubo, com as seguintes palavras:

"Senhores jurados, este homem, aqui sentado está sendo julgado por roubo, mas vejam: ele é pai de três filhos, trabalhador responsável, filho carinhoso e diretor de uma organização solidária."

Nesse caso, o advogado está empregando uma falácia argumentativa, que é

(A) produzir uma generalização excessiva, que produz uma conclusão inadequada.
(B) abandonar a questão principal e tomar um argumento desimportante, fruto de descuido ou de deliberada fuga de assunto.
(C) criar um estereótipo, abandonando as diferenças individuais.
(D) apresentar uma estrutura em que a relação de causa e efeito mostra defeitos.
(E) estabelecer uma falsa analogia em que os elementos comparados são diferentes em algum ponto essencial.

15

Assinale a frase em que o emprego do gerúndio ***não*** é recomendável

(A) Belo fim consegue quem morre amando.
(B) Quero que a morte me encontre plantando meus repolhos.
(C) A vida é o que acontece enquanto você está ocupado fazendo outros planos.
(D) Ninguém conquistou grandes coisas agindo só com segurança.
(E) Os cidadãos conscientes votam nas eleições examinando o desempenho dos votados.

16

As preposições, em língua portuguesa, mostram diferentes valores semânticos; assim, na frase "Dos mortos não fale a não ser bem", a preposição DE mostra o mesmo valor semântico que mostra na seguinte frase:

(A) Devemos rir do homem para não precisarmos chorar por ele.
(B) O prazer da sociedade, sobretudo no interior, consiste em falar mal uns dos outros.
(C) A primeira metade de nossas vidas é arruinada por nossos pais e a segunda por nossos filhos.
(D) Não se deve falar do cemitério. É um lugar-comum...
(E) Eu percebo, sem nenhum terror, a desunião das moléculas de minha existência.

17

Para manter-se a coerência textual, evitar as repetições numerosas e enriquecer o texto, certas palavras ou grupos de palavras servem para retomar certos elementos já mencionados no texto.

Assinale a frase em que a retomada do termo sublinhado é feita por meio de um hiperônimo.

(A) Durante minha viagem visitei alguns <u>lugares</u> muito agradáveis, uns em centros urbanos, outros no campo.
(B) <u>Escutar os outros</u> é a melhor maneira de aprender. Isso implica escutar os companheiros de trabalho, os clientes ou fregueses, os membros da família e mesmo os críticos mais violentos.
(C) Li <u>muitos livros</u> na minha vida. Alguns deles me ensinaram quase tudo o que sei.
(D) A melhor vacina contra o vírus da violência que podemos dar a nossos filhos é nosso <u>amor</u> e nossa afeição de pais. »
(E) Para ser bem-sucedido nesta prova o participante deve ter <u>coragem</u> e <u>determinação</u>. Essas qualidades ajudarão na vitória.

18

As opções abaixo mostram uma forma verbal sublinhada; o emprego dessa forma que ***não*** está corretamente caracterizado, é:

(A) O presidente chegou <u>falando</u> grosso / indica ação que segue cronologicamente a anterior.
(B) <u>Tem-se discutido</u> muito o valor da democracia / indica a continuidade de uma ação.
(C) <u>Há</u> uma ordem misteriosa na natureza / indica um fato permanente.
(D) Algumas pessoas <u>vão</u> à manifestação hoje à noite / ação futura.
(E) Os professores daquela escola <u>ensinam</u> a seus alunos / indica ação habitual.

19

Assinale a frase em que a omissão do artigo destacado altera o sentido da frase.

(A) Lembro <u>do</u> nosso primeiro encontro em São Paulo.
(B) Apanhou <u>os</u> livros que caíram de sua estante.
(C) Não esqueci <u>a</u> minha mãe até hoje.
(D) Esqueceu-se <u>do</u> nosso contrato.
(E) <u>O</u> "Dom Casmurro" é um livro fantástico.

20

Observe o seguinte texto:

"Os pesquisadores dos laboratórios Bell (Estados Unidos), onde foi inventado o transistor, o elemento de base dos computadores modernos, já construíram um protótipo de computador óptico. Trata-se de algo ainda rudimentar. Ele só comporta 128 transistores ópticos e ocupa um espaço de 60 cm. Um elefante comparado aos computadores atuais cujos microprocessadores possuem milhões de transistores por centímetro quadrado. Mas transformar um mastodonte em micróbio é só uma questão de tempo: os primeiros computadores ocupavam o espaço de toda uma sala".

Sobre esse texto, assinale a afirmação correta.

(A) Trata-se de um texto publicitário que antecipa as qualidades de um futuro computador.
(B) Exemplifica um texto didático para um público leitor não especialista no assunto tratado.
(C) Constitui um texto jornalístico com informações e explicações para um leitor não especializado.
(D) Texto narrativo que traz as diferentes etapas da construção de um computador.
(E) Mostra um texto descritivo, com detalhes de elementos componentes de um computador.

21

Observe o segmento textual abaixo:

"O procurador da pequena cidade perguntou ao Ministro da Justiça sobre os "meios" para fazer funcionar sua jurisdição e ele pensa que o Ministro está "pronto" para lhe dar tais recursos".

Nesse texto, as palavras "meios" e "pronto" aparecem entre aspas com a finalidade de

(A) reproduzir a fala de quem trata o texto sem se solidarizar com ela.
(B) produzir um efeito de ironia sobre o que foi expresso, mostrando um lugar-comum.
(C) indicar uma simples alusão à fala de alguém, sem qualquer implicação de sentido.
(D) mostrar palavras empregadas num sentido diverso aos sentidos dicionarizados.
(E) procurar indicar termos de importância para a notícia veiculada.

22

Assinale a opção em que o texto transcrito não traz marcas subjetivas de seu autor.

(A) Não importa com que roupa você está; se você tiver uma boa caneta e um bom relógio, você está bem-vestido.
(B) Tenho observado constantemente que para prosperar no mundo é preciso ter aparência de tolo sem ser.
(C) Tento manter o mesmo penteado por pelo menos trinta dias seguidos.
(D) A beleza de uma mulher alegra o olhar e excede a todos os desejos do homem.
(E) A moda é uma tirana a quem os sábios ridicularizam e obedecem.

23

O raciocínio indutivo de um texto argumentativo aparece exemplificado na seguinte opção:

(A) Como todos os homens trabalham fora de casa, é natural que os parentes dele procurem arranjar-lhe um emprego.
(B) Os casos de atentados à liberdade de imprensa são bastante comuns; eles confirmam a ideia de que esse é um espaço delicado.
(C) Alguns estados americanos ainda defendem a pena de morte, assim como fazem outros países.
(D) Como os trovões da noite assustaram os animais, o fazendeiro decidiu colocar vedações nas portas.
(E) Do mesmo modo que estudamos bastante matérias científicas, deveríamos também ensinar educação artística.

24

Assinale a opção que, em lugar de apresentar um argumento, mostra um exemplo.

(A) O conflito de gerações é antes de mais nada a consequência de uma dificuldade de comunicação.
(B) Se os jovens e os mais velhos têm algumas vezes dificuldades de comunicação, isso se deve a uma diferença de educação.
(C) Se a comunicação é difícil entre as gerações, isso ocorre porque elas não falam a mesma língua.
(D) As palavras usadas pelos jovens são importadas da língua inglesa e constituem um dialeto no qual os jovens se reconhecem melhor que os mais idosos.
(E) Como comunicar-se entre gerações quando os estilos de vida são tão diferentes?

25

Abaixo estão vários exemplos de textos de publicidade ou de propaganda.

Assinale o texto que apela para a intimidação do leitor e possível cliente, é:

(A) Com esta camisa você estará parecendo um astro de Hollywood para seus amigos. Compre e desfrute da fama.
(B) O azeite de oliva Olivex respeita a tradição e produz algo de máxima qualidade e tradição.
(C) Tenha cuidado com os produtos ditos caseiros, muitas vezes feitos sem preocupações higiênicas. Compre produtos de qualidade.
(D) Compre nosso relógio e concorra a uma casa de praia no litoral do Rio de Janeiro.
(E) Não prenda pássaros. A liberdade é um bem de todos os seres vivos, incluindo você.

26

As opções abaixo mostram expressões latinas com seu significado indicado.

Assinale a expressão cuja significado foi indicado ***erradamente***.

(A) Ad hoc – sem intenção.
(B) Ab irato – estado de ira, de cólera.
(C) Ad argumentandum tantum – só para argumentar.
(D) Ad auctoritatem – argumento de autoridade.
(E) Ad cautelam – por preocupação.

27

As opções a seguir apresentam ditados cujos significados são fornecidos a seguir.

Assinale a opção em que esse significado está indicado corretamente.

(A) Mais vale um pássaro na mão que dois voando / é indispensável proteger os bens naturais do que os bens materiais.
(B) Ninguém pode argumentar com a ignorância da lei / Todas as leis são conhecidas por todos.
(C) A grama do quintal do vizinho está sempre mais verde / A inveja comanda as nossas reações.
(D) Mais vale um gosto que três vinténs / conselho de economia doméstica.
(E) Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje / conselho a ser rápido na execução das tarefas, antes que outros o façam.

28

As frases abaixo utilizaram a linguagem figurada, em figuras diversas.

Assinale a opção em que a figura utilizada está corretamente identificada.

(A) Bebeu um copo de vinho / metonímia, com a indicação do continente pelo conteúdo.
(B) A Inglaterra é um navio / metáfora por comparação formal.
(C) O problema terrível de nada ter a fazer / a antítese entre termos.
(D) Ele é candidato a Brasília / metonímia, com a indicação da função e não do local.
(E) Vocês estão dizendo adeus a estes muros que vocês vão deixar / sinédoque, ou seja, o todo pela parte.

29

Em todas as frases abaixo foi retirada a palavra "porque", sendo substituída por construção de mesmo sentido.

Assinale a frase em que essa substituição traz modificação de sentido.

(A) O torcedor foi expulso porque assim quis a torcida / o torcedor foi expulso por protesto da torcida.
(B) Emprestei-lhe o carro porque confiava nela / emprestei-lhe o carro em confiança.
(C) Venci porque muitas pessoas me ajudaram / venci graças ao auxílio de muitas pessoas.
(D) Deixou o palco porque muitas pessoas o vaiavam / deixou o palco pela vaia de muitas pessoas.
(E) Deixei de viajar porque não tinha dinheiro / deixei de viajar em função de problemas financeiros.

30

Assinale o caso que exemplifica um caso de redundância desnecessária.

(A) Cada deputado terá direito a um ingresso para a festa.
(B) Os funcionários poderão levar as famílias à festa.
(C) Estará disponível um empréstimo temporário a todos os funcionários da empresa.
(D) Os funcionários receberão um abono este mês.
(E) A miséria é sinal de renda mal distribuída.

Raciocínio Lógico Matemático

31

Considere cinco bolas iguais numeradas de 1 a 5 e duas caixas A e B. Duas bolas estão na caixa A e as outras três, na caixa B. Sabe-se que:

• A bola 5 não está na mesma caixa que as bolas 2 e 4.
• A Bola 1 não está na mesma caixa que as bolas 3 e 4.

As bolas da caixa A são as de números:

(A) 2 e 4.
(B) 2 e 3.
(C) 3 e 5.
(D) 3 e 4.
(E) 1 e 5.

32

Renato disse: "Eu não passei pelo bar e fui para a academia".

Sua esposa disse: "Eu sei que isso não é verdade".

Considerando que a esposa de Renato está certa, é correto concluir que

(A) Renato não passou pelo bar e não foi para a academia.
(B) Renato passou pelo bar e foi para a academia.
(C) Renato passou pelo bar e não foi para a academia.
(D) Renato passou pelo bar ou não foi para a academia.
(E) Renato passou pelo bar ou foi para a academia.

33

Seja $N = \frac{64}{3x+1}$.

A soma dos valores inteiros de x para os quais o valor de N também é inteiro é

(A) 18.
(B) 15.
(C) 12.
(D) 10.
(E) 9.

34

Considere um quadrado $ABCD$ com lado igual a 10 e um arco de circunferência BD com centro no vértice A do quadrado.

Esse arco BD divide o quadrado em duas regiões: ABD e CBD.

A diferença entre os perímetros dessas duas regiões é

(A) 0.
(B) 5π.
(C) 10π.
(D) 15π.
(E) 20π.

35

Considere a sigla MPRJ e as mesmas 4 letras escritas em uma ordem qualquer, por exemplo, RMJP. Dizemos que um par de letras da segunda sequência forma uma inversão em relação à sigla original se esse par estiver na ordem inversa daquela em que aparece na sequência original. Por exemplo, o par RM forma uma inversão, mas o par RJ não forma uma inversão.

O número total de inversões que a sequência PJRM apresenta em relação à sigla original MPRJ é

(A) 6.
(B) 5.
(C) 4.
(D) 3.
(E) 2.

Noções de Informática

36

Muitos documentos possuem conteúdos sensíveis e só devem ser acessados por pessoas autorizadas, sendo possível implementar uma senha para acesso de leitura e ou manipulação.

Com relação aos caminhos de criação de senhas para proteção dos documentos no Word, analise os itens a seguir

I. selecionar o comando "restringir edição com senha" do menu arquivos > informações > proteger documento.
II. selecionar o botão "adicionar assinatura digital com senha" do menu proteger > informações > proteger documento.
III. selecionar a opção "criptografar com senha" do menu arquivo > informações > proteger documento.

Está correto o que se afirmar em:

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) III, apenas.

37

Para uma navegação segura na internet o usuário deve tomar alguns cuidados específicos contra ameaças virtuais.

O método mais seguro para evitar um ataque do tipo *phishing* através de um e-mail é

(A) abrir todos os anexos de desconhecidos do e-mail para validar as informações.
(B) responder prontamente os e-mails dos solicitantes.
(C) acessar o site indicado no e-mail digitando o endereço diretamente no navegador.
(D) não denunciar mensagens e anúncios suspeitos para os times de segurança da informação.
(E) ler todos os códigos QR no corpo do e-mail e apagar os anexos do e-mail.

38

Para utilizar a internet é necessário utilizar conexões entre computadores ligados em rede, com isso se estabelece o tráfego de pacotes. Com relação às conexões e tráfego, analise os itens a seguir

I. A velocidade de *download* se refere à rapidez com que um arquivo pode ser baixado de um serviço na Internet para um computador, sendo, em geral, maior a que a velocidade de *upload*.
II. As velocidades máximas de *upload* e de *download* sempre são iguais, ambas são medidas em bits por segundo e podem variar ao longo do dia.
III. A velocidade de *upload* se refere à rapidez com que um arquivo pode ser recebido por um serviço na Internet, sendo, em geral, igual a velocidade de *download*.

Está correto o que se afirmar em:

(A) II e III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I, apenas.

39

Jonas está utilizando um programa que apresentou um mal funcionamento no sistema operacional Windows 11. Ele foi informado pela equipe técnica da procuradoria que deveria utilizar o gestor de tarefas e finalizar a tarefa.

A tecla de atalho de teclado que Jonas deve utilizar para ter acesso ao gestor de trabalho é.

(A) Ctrl+Shift+ESC
(B) Ctrl+Shift+DEL
(C) Ctrl+Alt+ENTER
(D) Ctrl+Shift+F8
(E) Ctrl+Alt+A

40

O programa Excel suporta diversos formatos específicos de leitura de planilhas.

As extensões suportadas pelo programa para leituras de pastas de trabalho binário e links simbólicos, são respectivamente

(A) .xltx e .csv
(B) .xlst e .lkb
(C) .xla e .bin
(D) .xlsb e .slk
(E) .xlb e .ods

Conhecimentos Específicos
Organização do Ministério Público

41

O Ministério Público do Estado Alfa celebrou contrato com a sociedade empresária Beta Comércio Ltda. objetivando o fornecimento de água mineral em garrafões.

No curso da execução de tal objeto contratual, a sociedade empresária propôs ação judicial em face do Ministério Público do Estado Alfa, alegando que os pagamentos estavam sendo realizados em desacordo com as cláusulas da avença.

A respeito das situações acima narradas, é correto afirmar que o fato de o Ministério Público figurar como

(A) contratante nessa avença decorre de sua personalidade jurídica.
(B) contratante nessa avença decorre de sua autonomia.
(C) contratante nessa avença não encontra respaldo no ordenamento jurídico.
(D) réu na ação judicial decorre de sua personalidade judiciária.
(E) réu na ação judicial decorre de sua independência funcional.

42

No curso de procedimento de gestão administrativa instaurado, pelo setor competente, para apresentar demanda de contratação da prestação de serviços essenciais ao regular desempenho das atividades institucionais, a Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro enfrentou severa dificuldade na realização da necessária pesquisa de preços, tendo em vista a falta de resposta dos fornecedores contatados.

Diante disso, Maria, Secretária-Geral do Ministério Público, expediu ofícios a pessoas jurídicas com experiência na prestação dos serviços almejados, por meio dos quais requisitou a apresentação de cotações, o que fez invocando o poder de "*requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processos em que atue*", previsto no artigo 35, I, d, da Lei Complementar Estadual nº 106/2003.

Considerando o disposto na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a conduta acima narrada

(A) estará adequada e respaldada na supremacia do interesse público, caso Maria seja Promotora de Justiça.
(B) estará adequada e respaldada na supremacia do interesse público, ainda que Maria seja integrante do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
(C) resultou em ordem legal que deverá ser cumprida imediatamente pelos destinatários dos ofícios, sob pena de configuração de crime.
(D) revelou-se inadequada apenas formalmente, uma vez que a requisição deveria ter sido veiculada por meio de notificações.
(E) decorreu de interpretação errônea daquele dispositivo legal, já que ele não é aplicável à hipótese.

43

De acordo com a Resolução GPGJ nº 2.474/2022, que dispõe sobre as atribuições dos cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, são atribuições comuns a Analistas, Técnicos e Auxiliares do Ministério Público:

(A) a emissão de pareceres ou relatórios técnico-jurídicos, a realização de perícias ou a prestação de outras informações técnico-jurídicas em processos administrativos.

(B) a elaboração e a expedição de atestados e certidões, que serão sempre dotados de fé pública por força do disposto na Lei nº 5.891/2011.

(C) a execução de planejamento, desenvolvimento, implantação, coordenação e manutenção dos sistemas informatizados.

(D) a orientação e a supervisão de estagiários e colaboradores terceirizados, observada a formação profissional.

(E) a atuação na gestão e fiscalização de contratos, quando designados, bem como nas etapas do processo de aquisição de bens e contratação de serviços, realizando pesquisas de preços e redigindo ou auxiliando na elaboração de termo de referência.

44

Analisando os autos de um procedimento administrativo que documentou a contratação, pelo Município, do fornecimento de bens, João, Promotor de Justiça designado para atuar na única Promotoria de Justiça existente naquela cidade do Estado do Rio de Janeiro, identificou indícios robustos de fraude à licitação perpetrada pelo Prefeito.

Diante disso, João determinou à Secretaria da Promotoria de Justiça a remessa de cópia de tal procedimento administrativo municipal ao Procurador-Geral de Justiça, sob o fundamento de que a ele incumbiria instaurar e presidir o procedimento de investigação criminal em casos como esse.

Assim agindo, o Promotor de Justiça

(A) provocou a atuação do Procurador-Geral de Justiça apenas como órgão de administração.

(B) descumpriu a disciplina normativa aplicável ao caso, que lhe impõe a promoção da ação penal, a instauração de procedimento investigatório criminal ou a requisição de instauração de inquérito policial, quando em poder desta peça de informação.

(C) terá necessariamente exercido sua função eleitoral, uma vez que se trata de ilícito atribuído a Prefeito, ocupante de cargo eletivo.

(D) entendeu que seria do Procurador-Geral de Justiça a atribuição para a apuração da infração penal neste caso.

(E) afrontou o princípio do promotor natural, que é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal como decorrência do princípio da independência funcional e da garantia da inamovibilidade.

45

Considerando o regime disciplinar aplicável aos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Constitui infração disciplinar a ação ou omissão do servidor capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública.

( ) É proibido ao servidor dedicar-se, nos locais e horas de trabalho, a palestras, leituras ou quaisquer outras atividades estranhas ao serviço, inclusive ao trato de interesses de natureza particular.

( ) Após a instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor, por infração punível com advertência ou repreensão, não haverá a possibilidade de aplicação de solução consensual.

( ) A celebração de Acordo de Não Persecução Disciplinar compete ao Secretário-Geral do Ministério Público e, caso ele decida no sentido da não formulação de proposta dessa medida, tal decisão será insuscetível de recurso.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – F – V.

(B) V – F – V – F.

(C) F – V – V – V.

(D) V – V – V – V.

(E) V – V – F – F.

Tutela Coletiva e Direito da Infância e Juventude

46

A Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Duque de Caxias com atribuição na matéria meio ambiente instaurou, de ofício, determinado procedimento para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas correlatas ao atingimento das metas de universalização dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgotos.

Nesse contexto, observando a normativa de regência, o Promotor de Justiça deve ter instaurado um(a)

(A) inquérito civil, e a legislação estabelece que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas quantitativas de intermitência do abastecimento, de manutenção de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

(B) notícia de fato, e a legislação estabelece que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

(C) procedimento preparatório de inquérito civil, e a legislação estabelece que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas qualiquantitativas de intermitência do abastecimento, de manutenção de perdas e de celeridade dos processos de tratamento.

(D) procedimento administrativo, e a legislação estabelece que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável até 31 de dezembro de 2033.

(E) ação civil pública, e a legislação estabelece que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 70% da população com água potável e com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

47

Sobre a prescrição em tema de improbidade administrativa, observe as assertivas a seguir:

I. A atual redação da Lei de Improbidade Administrativa dispõe que a ação para a aplicação das sanções prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

II. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

III. De acordo com o texto legal, a suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente ao demandado beneficiado e não a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.

Está correto o que se afirma em:

(A) III, apenas;

(B) II, apenas;

(C) I e III, apenas;

(D) II e III, apenas;

(E) I, II e III.

48

Em relação à instrução do inquérito civil, de acordo com a Resolução CNMP nº 23/2007, todas as alternativas abaixo corretas, ***a exceção*** de uma. Assinale-a.

(A) O Ministério Público poderá deprecar diretamente a qualquer órgão de execução a realização de diligências necessárias para a investigação.

(B) Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada.

(C) Todos os ofícios requisitórios de informações ao inquérito civil e ao procedimento preparatório deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada.

(D) O defensor constituído nos autos poderá assistir o investigado durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do seu depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração, apresentar razões e quesitos.

(E) O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 180 dias, prorrogável uma única vez, pelo mesmo prazo, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público.

49

Reinaldo, de 16 anos, foi representado pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo (artigo 157 do CP). Após regular tramitação processual, o juízo da infância entendeu presentes provas suficientes de autoria e materialidade, tendo fixado medida de semiliberdade. Dessa decisão não foi interposto recurso e o trânsito em julgado foi atestado.

Iniciada a execução da semiliberdade, a Defensoria Pública, na defesa de Reinaldo, pede que o magistrado estipule prazo máximo de 6 meses para cumprimento da medida. Pede também que o adolescente tenha reconhecido o direito a atividades externas.

Os autos foram com vista ao Ministério Público para manifestação.

Diante dessa situação fática e levando em conta as regras que regem a medida socioeducativa de semiliberdade, assinale a afirmativa correta.

(A) A semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. Ademais, a realização de atividades externas é possível independentemente de autorização judicial.

(B) A semiliberdade possui prazo de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, podendo haver prorrogação mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária. Para a prática de atividades externas, é necessária a respectiva autorização judicial.

(C) A semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação e à prestação de serviços à comunidade. Para a prática de atividades externas é desnecessária a autorização judicial.

(D) A semiliberdade deve ser reavaliada mensalmente e tem prazo máximo de 2 (dois) anos. A prática de atividades externas necessita de autorização judicial.

(E) A semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. A atividade externa deve ser autorizada pelo juiz, considerando que o ato infracional praticado é revestido de grave ameaça ou violência a pessoa.

50

Em ato infracional análogo ao crime de dano (artigo 163 do CP), embora provada autoria e materialidade, o membro do Ministério Público entende, com base nos requisitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, desnecessária a instauração do procedimento respectivo.

Diante disso, a medida correta a ser tomada em conformidade com o disposto na Lei nº 8.069/90 é

(A) oferecer transação penal ou outra medida despenalizadora da Lei nº 9.099/95.
(B) considerando que a representação ainda não foi oferecida, o adequado é apresentação de proposta de Acordo de Não Persecução Penal, na forma prevista no Código de Processo Penal.
(C) oferecer remissão como forma de exclusão do processo.
(D) oferecer remissão como forma de extinção do processo.
(E) apresentar a representação, já que essa é obrigatória em razão da comprovada autoria e materialidade, e, ao final do procedimento, postular pela aplicação de medida socioeducativa de advertência.

Direito Administrativo e Direito Constitucional

51

João e Caio, agentes públicos vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em situação de iminente perigo público, utilizaram do imóvel particular de Matheus, gerando dano concreto à propriedade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, se está diante da seguinte modalidade de restrição do Estado sobre a propriedade privada:

(A) ocupação temporária, sendo certo que Matheus não terá direito à indenização em razão da situação posta de iminente perigo público.
(B) requisição administrativa, sendo certo que Matheus não terá direito à indenização em razão da situação posta de iminente perigo público.
(C) requisição administrativa, assegurando-se ao proprietário Matheus indenização em razão do dano concreto à propriedade.
(D) ocupação temporária, assegurando-se ao proprietário Matheus indenização em razão do dano concreto à propriedade.
(E) limitação administrativa, assegurando-se ao proprietário Matheus indenização em razão do dano concreto à propriedade.

52

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Caio, Secretário do Município *Alfa*, praticou, no âmbito da administração pública, ato de publicidade contrário às disposições constitucionais, de forma a promover inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos, de programas, de obras e de serviços da municipalidade, tudo com recursos do erário, ensejando lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Registre-se que a conduta foi perpetrada em fevereiro de 2025 e que Caio, agindo com dolo, teve o objetivo de obter proveito indevido para si. Em assim sendo, o *Parquet* ingressou com ação de improbidade administrativa em face de Caio, requerendo a decretação da indisponibilidade dos seus bens.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

(A) em caso de condenação, Caio estará sujeito, além do ressarcimento integral do erário, ao pagamento de multa civil de até doze vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o poder público pelo prazo não superior a cinco anos.
(B) em caso de condenação, Caio estará sujeito, além do ressarcimento integral do erário, à perda dos direitos políticos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público pelo prazo não superior a doze anos.
(C) a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil.
(D) Caio praticou ato doloso de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
(E) Caio perpetrou ato doloso de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

53

Caio, servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, participou de um seminário sobre a Lei Anticorrupção, que dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. O referido agente público tomou conhecimento, ainda, que a legislação aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, analise os itens a seguir.

I. Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de dois e máximo de cinco anos.

II. Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

III. Dissolução compulsória da pessoa jurídica.

Em razão da prática de atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, a pessoa jurídica infratora estará sujeita, em tese, à aplicação da(s) sanção(ões) elencada(s) em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

54

Com o objetivo de garantir a modicidade das tarifas dos transportes públicos no Município do Rio de Janeiro, representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, em conjunto com as concessionárias que prestam os serviços públicos na cidade, encontram-se para debater o assunto, buscando soluções viáveis e de implementação imediata.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A concessionária deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.

( ) Desde que haja autorização legislativa específica para cada caso, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

( ) As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – F.
(B) V – V – F.
(C) V – F – V.
(D) F – V – F.
(E) V – V – V.

55

Com o objetivo de ser qualificada como organização da sociedade civil e, posteriormente, firmar parcerias com o Estado do Rio de Janeiro, os dirigentes da associação privada *Alfa* consultaram a legislação de regência, buscando mais informações sobre a temática. Apurou-se, assim, que o diploma legal instituiu normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, avalie se as diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria incluem:

I. A promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público.

II. A valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

III. A preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

56

Determinado interessado requereu a instauração de procedimento de controle administrativo perante o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o objetivo de reformar decisão administrativa proferida por uma estrutura de gestão de pessoal do Ministério Público Federal, que negara requerimento administrativo que lhe fora formulado, afeto ao regime jurídico dos seus servidores. O CNMP, no entanto, não vislumbrou qualquer irregularidade na referida negativa, negando-se a reformá-la. Irresignado com o não deferimento do requerimento formulado, o interessado almeja submeter a questão ao Poder Judiciário.

Na situação descrita, é correto afirmar, que o órgão jurisdicional competente para processar e julgar a demanda, é

(A) um juiz federal.
(B) um Tribunal Regional Federal.
(C) o Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a ação a ser ajuizada.
(D) o Supremo Tribunal Federal, caso seja impetrado mandado de segurança.
(E) o Superior Tribunal de Justiça, qualquer que seja a ação a ser ajuizada, salvo o mandado de segurança.

57

Um grupo de Deputados Estaduais, por entender que o quantitativo de servidores existentes no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Alfa era insuficiente para o desempenho de suas funções institucionais, apresentou proposição legislativa visando à criação de novos cargos. Ao fim do processo legislativo, foi editada a Resolução nº X, que criou a quantidade Y de cargos de simbologia W. A medida, no entanto, foi criticada pelo Governador do Estado Beta, que a reputava manifestamente inconstitucional.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a Resolução nº X é

(A) constitucional, desde que a Constituição Estadual tenha considerado a matéria como de natureza *interna corporis*.
(B) inconstitucional, por afrontar a separação dos poderes, já que o Chefe do Poder Executivo foi alijado do processo legislativo.
(C) constitucional, pois foram observadas as normas afetas ao processo legislativo federal, o que decorre da exigência de simetria.
(D) inconstitucional, caso as normas afetas ao processo legislativo federal tenham sido reproduzidas na Constituição Estadual.
(E) inconstitucional, ainda que as normas afetas ao processo legislativo federal não tenham sido reproduzidas na Constituição Estadual, o que decorre da exigência de simetria.

58

Em razão de divergências verificadas entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado Beta, certas medidas adotadas por órgãos da administração pública direta daquela estrutura de poder vinham dificultando a realização de reuniões e, de modo correlato, o livre exercício das funções próprias desta última. Por tal razão, os líderes dos partidos políticos com representatividade na Assembleia Legislativa do Estado Beta se reuniram com a Presidência da Casa Legislativa, e discutiram o cabimento da decretação da intervenção federal em Beta.

Ao fim da reunião, concluiu-se corretamente que

(A) somente é cabível a decretação da intervenção caso o Tribunal de Justiça de Beta reconheça previamente a coação ao Poder Legislativo.
(B) é cabível a decretação da intervenção, na modalidade espontânea, sendo necessária a apreciação do Congresso Nacional após a edição do respectivo decreto.
(C) não é cabível a decretação da intervenção alvitrada, considerando a possível reversibilidade das medidas adotadas, a partir de intervenção do Poder Judiciário do Estado Beta.
(D) é cabível a intervenção, caso seja julgada procedente a ação direta interventiva, de iniciativa privativa do Ministério Público, com a apreciação posterior, pelo Congresso Nacional, do decreto interventivo.
(E) é cabível a decretação da intervenção, na modalidade provocada, sendo necessária a apreciação do Congresso Nacional, ainda que a suspensão da execução das medidas baste ao restabelecimento da normalidade.

59

Com o objetivo de reforçar a autonomia do Tribunal de Contas do Estado Alfa e redimensionar o sistema remuneratório de conselheiros, auditores e demais servidores, foram iniciados debates no âmbito da referida estrutura de poder com o objetivo de se apresentar projeto de lei, ao Poder Legislativo, dispondo sobre três medidas:

I. extinção de três gratificações pagas aos servidores, incorporando o valor ao respectivo vencimento-base, que seria objeto de aumento, de modo a evitar a redução estipendial;
II. equiparação remuneratória entre auditores e juízes de direito;
III. recebimento, pelos auditores, do subsídio de conselheiro, quando em substituição.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente, em relação à conformidade constitucional das três medidas alvitradas, que

(A) todas são constitucionais.
(B) apenas a medida I é constitucional.
(C) apenas a medida II é constitucional.
(D) apenas as medidas I e III são constitucionais.
(E) apenas as medidas II e III são constitucionais.

60

Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, afeta a processo estrutural, foi sustentada a inobservância de certa norma constitucional que disciplina política pública desenvolvida pelo Município Alfa. Argumentava-se que a interpretação constitucional é incompatível com a lógica das proposições matemáticas, devendo se mostrar sensível à evolutividade do contexto, mas sem desconsiderar limitações de ordem semiótica.

É correto afirmar que esse tipo de argumentação é

(A) compatível com o realismo jurídico.
(B) incompatível com a metódica estruturante.
(C) incompatível com construções originalistas.
(D) compatível com os alicerces estruturais da tópica pura e do pragmatismo.
(E) compatível com os alicerces da mutação constitucional, mas refratário à interpretação conforme à Constituição.

Direito Civil e Direito Processual Civil

61

Carlos e Mariana mantinham um relacionamento há mais de cinco anos e planejavam se casar formalmente. Contudo, antes de poderem dar início ao processo de habilitação, Carlos sofreu um grave acidente e foi internado em estado crítico. Diante da iminência de morte de Carlos, Mariana, desejando assegurar o vínculo matrimonial, convocou seis testemunhas sem parentesco próximo com os noivos, e celebrou o casamento no leito de hospital, sem a presença da autoridade competente para presidir o ato.

Após a celebração, as testemunhas compareceram à autoridade judicial mais próxima e declararam que foram convocadas por Mariana em razão da situação grave de Carlos; que Carlos, apesar do iminente perigo de morte, estava consciente e lúcido no momento do casamento; que o casal declarou, de forma livre e espontânea, que desejava se casar.

Para surpresa e alegria, três semanas após o casamento, Carlos se recuperou totalmente, saindo do estado de risco de morte.

Diante dessa situação, assinale a opção correta com base nos dispositivos do Código Civil.

(A) O casamento é nulo, pois não seguiu os trâmites ordinários de habilitação matrimonial, sendo indispensável a presença da autoridade competente no momento da celebração.

(B) O casamento será válido se Carlos e Mariana ratificarem expressamente sua intenção matrimonial perante a autoridade competente, agora que ele se recuperou.

(C) O casamento já produziu efeitos plenos e irrevogáveis desde a sua celebração, independentemente da recuperação de Carlos, pois a presença das seis testemunhas foi suficiente para validar o ato.

(D) Caso a autoridade judicial verifique a idoneidade de Carlos e Mariana para o casamento, o ato será registrado e produzirá efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença.

(E) Caso Carlos se recuse a ratificar o casamento, Mariana poderá solicitar a conversão da união em casamento, garantindo-lhe os mesmos direitos conjugais.

62

Lucas Ferreira da Costa, após atingir a maioridade civil, alterou seu prenome para "Leo" por meio de procedimento extrajudicial. Durante alguns anos, residiu no exterior e, ao retornar ao Brasil, decidiu retomar seu nome original, alegando dificuldades na revalidação de documentos acadêmicos estrangeiros. Além disso, ele deseja incluir o sobrenome de sua atual companheira, com quem mantém uma união estável registrada em cartório.

Diante desse cenário e com base na Lei de Registros Públicos, assinale a afirmativa correta.

(A) Lucas poderá desconstituir a alteração do prenome diretamente no cartório, desde que comprove prejuízos documentais causados pela mudança anterior, bem como incluir o nome de sua companheira.

(B) Para desconstituir a alteração do prenome, Lucas precisará ingressar com ação judicial, e a inclusão do sobrenome da companheira poderá ser feita extrajudicialmente.

(C) Tanto a desconstituição da alteração do prenome quanto a inclusão do sobrenome da companheira exigem ação judicial motivada e não estão sujeitos ao prazo decadencial.

(D) A inclusão do sobrenome da companheira só será possível com o consentimento expresso dela e o retorno ao nome original depende de motivação idônea.

(E) Lucas poderá tanto retomar seu prenome original quanto incluir o sobrenome da companheira na via extrajudicial, independentemente do consentimento da companheira ou de motivação.

63

João possuía uma dívida de R$ 100.000,00 com Pedro, oriunda de um contrato de empréstimo. Após negociações, as partes firmaram um acordo, no qual João pagaria R$ 50.000,00 em dinheiro e entregaria um veículo como forma de quitação do restante da dívida. O acordo foi formalizado por instrumento particular, e Pedro recebeu o veículo em quitação parcial da obrigação. No entanto, dois meses após a transação, Pedro foi surpreendido com uma ação de reivindicação movida por um terceiro, que conseguiu provar ser o legítimo proprietário do veículo. Diante disso, Pedro perdeu o bem e busca judicialmente reaver seu crédito integralmente.

Com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta sobre os efeitos jurídicos dessa situação.

(A) João deve indenizar Pedro pelos prejuízos causados pela evicção, mas a transação continua válida e a obrigação extinta não pode ser restabelecida.

(B) Pedro não pode exigir a restituição da dívida integralmente e nem a indenização, pois as concessões recíprocas e o risco do negócio integram a transação.

(C) A evicção é causa de anulação da transação, com o restabelecimento integral da dívida, sendo possível a compensação em relação ao que foi pago em espécie.

(D) A transação poderá ser invalidada em razão da evicção, restabelecendo a obrigação, e João será obrigado a indenizar Pedro, se comprovar o dolo do devedor.

(E) Pedro pode exigir do terceiro a devolução do veículo, pois a transação é oponível a terceiros e não sujeita à evicção.

64

Rodrigo, de 68 anos, viúvo, aposentado, pai de Caio e Tereza, ambos médicos, nos últimos meses vem apresentando dificuldade na gestão de seus bens, esquecendo-se de compromissos financeiros e acumulando dívidas. Diante do quadro, Caio, preocupado com a situação, ingressou com um pedido de curatela, juntando relatório médico recente que atestava considerável diminuição do discernimento de Rodrigo. No curso do processo, Rodrigo manifestou-se contrariamente à interdição, afirmando que ainda possuía plena capacidade e que não desejava ser interditado, tendo o apoio de sua filha Tereza.

O juízo determinou a realização de entrevista pessoal com Rodrigo e, posteriormente, a produção de prova pericial para avaliar sua condição mental. O laudo pericial confirmou a redução considerável do discernimento de Rodrigo e o juízo, reconhecendo a incapacidade relativa de Rodrigo, proferiu sentença declarando a sua curatela parcial, limitando Rodrigo apenas para a prática de atos patrimoniais de grande vulto e nomeou Caio como curador, fixando os limites da curatela conforme a necessidade do curatelando.

Com base no caso descrito e na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

(A) O juízo errou ao declarar a curatela parcial de Rodrigo, pois, uma vez reconhecida a incapacidade, a curatela deve ser total, abrangendo todos os atos da vida civil.

(B) Caso Caio não possa exercer a curatela de Rodrigo, o juízo deverá nomear Tereza como curadora, sendo vedada a indicação de um substituto pelo próprio Caio ou por Rodrigo.

(C) O juízo agiu corretamente ao determinar a realização da entrevista com Rodrigo, pois o curatelando deve sempre ser ouvido pessoalmente antes da decisão, podendo ser ouvido onde estiver, caso não possa se deslocar.

(D) Como Rodrigo se manifestou contrariamente à interdição, o juízo deveria indeferir o pedido e, no máximo, determinar o processo de tomada de decisão apoiada, independentemente da constatação da incapacidade.

(E) Mesmo após a sentença de curatela parcial, Rodrigo poderá continuar gerindo seus bens livremente, pois a curatela não pode restringir sua autonomia para realização de atos patrimoniais.

65

Júlio, 73 anos, e Ana, 68 anos, vivem em união estável desde agosto de 2005, conforme escritura pública devidamente registrada. Na época, optaram pelo regime da comunhão parcial de bens. Mais recentemente, tiveram notícias de que o regime sucessório irá mudar e, com receio do impacto de uma possível alteração legal, procuram orientação de advogado especializado, pois gostariam de mudar o regime de bens de forma a que ambos ficassem igualmente protegidos na eventualidade do óbito de um deles.

Diante da situação hipotética e com base na legislação vigente, assinale a opção correta.

(A) Júlio e Ana poderão alterar o regime de bens pela via extrajudicial, mas em razão da idade, só poderão adotar o regime da separação obrigatória de bens.

(B) Júlio e Ana poderão alterar o regime de bens pela via extrajudicial, podendo livremente escolher o regime de bens que desejarem.

(C) Júlio e Ana poderão requerer, motivadamente, a alteração do regime de bens pela via judicial apenas, podendo livremente escolher o regime de bens que desejam.

(D) Júlio e Ana, em razão da idade, poderão alterar o regime de bens pela via judicial apenas e a indicação do novo regime dependerá da avaliação do juízo, ouvido o representante do Ministério Público.

(E) Júlio e Ana poderão requerer, motivadamente, a alteração do regime de bens pela via judicial apenas, mas em razão da idade, só poderão adotar o regime da separação obrigatória de bens.

66

Cláudio, réu em processo de fixação de alimentos, tomou conhecimento de que Roberto, Promotor de Justiça com atribuição para atuar no feito, seria o membro do Ministério Público que funcionaria como fiscal da ordem jurídica na demanda. Assim, após a audiência de conciliação entre as partes, na qual Roberto interveio de maneira conciliatória o que viabilizou o consenso entre as partes. Contudo, entre o acordo e a homologação, Cláudio, após ouvir a opinião de outro advogado, se arrependeu do acordo e se manifestou nos autos pretendendo a nulidade do ato. Alegou, para tanto, que Roberto não poderia ter atuado pois, alguns anos atrás, ambos teriam se envolvido em calorosa discussão em partida de futebol, o que foi devidamente documentado e demonstrado. Nesse contexto, é correto afirmar que a pretensão de Cláudio

(A) será legítima, por se tratar de evidente hipótese de impedimento.

(B) será ilegítima, se à época dos fatos Roberto não era membro do Ministério Público.

(C) será ilegítima, por se tratar de hipótese de suspeição e ter havido a manifesta aceitação da atuação do promotor.

(D) será ilegítima, por não haver similitude entre as regras de impedimento e suspeição dos juízes e membros do Ministério Público.

(E) será legítima, se tiver tomado conhecimento da atuação de Roberto somente em audiência e aduzir seu impedimento.

67

Jorge, que conta com 79 anos de idade e com deficiência visual, procurou a Promotoria de Justiça para expressar sua insatisfação com o atendimento recebido em órgão público em que tramita a ação de alimentos em que é autor, afirmando que não havia respeito a sua condição e os direitos a ela inerentes. Para tanto, aduziu que:

I. havia processos judiciais a que se dava maior prioridade que os seus pelo fato de os autores serem apenas 1 ano mais velhos do que ele;
II. era impedido de ter acesso a todos os atos processuais, sob o argumento de que apenas aqueles de conteúdo decisório possuem tecnologia assistiva;
III. em conversa com o magistrado competente, esse se negou a reconhecer a nulidade de ofício pela ausência de intervenção do Ministério Público.

À luz das normas processuais que regem o tema, é correto afirmar que Jorge possui razão nas reclamações

(A) I, II e III.
(B) I e III, apenas.
(C) II, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) II e III, apenas.

68

Entre as variadas formas de intervenção do Ministério Público nas ações cabíveis, assinale a opção que representa hipótese de atuação como substituto processual.

(A) Atuação em ação coletiva ajuizada por terceiro pela posse de terra rural ou urbana.
(B) Atuação na ação civil pública proposta por autarquia.
(C) Atuação na ação de interdição proposta por familiar.
(D) Atuação como interveniente na ação de interesse de incapaz.
(E) Atuação como órgão agente na defesa do interesse dos indígenas.

69

Paulo, parte devidamente patrocinada em ação judicial e inconformado com determinado ato judicial, pretendeu reformá-lo por meio do recurso adequado.

Nesse sentido, é correto afirmar que, dentre as espécies de recursos cabíveis, ele poderá

(A) interpor agravo de instrumento contra indeferimento de gratuidade de justiça determinado junto ao fim da fase cognitiva do procedimento comum.
(B) interpor agravo interno contra ato que determina a remessa ao Ministério Público.
(C) interpor apelação contra ato que julgar parcialmente o mérito, em relação a pedido do qual não haja necessidade de outras provas.
(D) interpor apelação contra ato que extingue a execução.
(E) interpor agravo de instrumento contra ato que determina o cancelamento da distribuição.

70

Considerando os avanços tecnológicos adotados pelo Poder Judiciário e as disposições legais acerca do processo eletrônico, assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A intimação do Ministério Público pelo meio eletrônico não supre a garantia de intimação pessoal.
( ) A impossibilidade de acesso ao sistema de processo eletrônico permite a prorrogação do prazo recursal, em qualquer hipótese.
( ) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário serão considerados originais para todos os efeitos legais, tendo a mesma força probante dos originais, cuja alegação motivada de adulteração se limitará a fase anterior ou concomitante a sua digitalização.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V.
(B) F – F – V.
(C) F – F – F.
(D) V – F – V.
(E) F – V – F.

Direito Penal e Direito Processual Penal

71

Caio, maior e capaz, recebeu e guardou, legitimamente, determinado cordão de ouro pertencente ao adolescente Mário, atuando na qualidade de tutor deste. Contudo, alguns meses depois, instado a entregar o bem ao seu proprietário, Caio, passou a atuar como se proprietário fosse, negando, dolosamente, o pleito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

(A) apropriação indébita, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
(B) estelionato, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
(C) apropriação indébita, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.
(D) estelionato, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.
(E) furto, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.

72

Em março de 2025, Lucas, membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na Comarca de Campos dos Goytacazes, analisou o cabimento do acordo de não persecução penal no âmbito de diversas investigações que estão em tramitação junto à sua Promotoria.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as hipóteses a seguir.

I. Investigado reincidente em crime doloso.
II. Agente beneficiado, três anos antes, em transação penal.
III. Indivíduo que praticou os crimes de ameaça e lesão corporal no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O acordo de não persecução penal ***não se aplica*** na(s) hipótese(s) elencada(s) em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

73

Caio responde, em juízo, pela prática dos crimes de roubo e resistência. Após requerimento formulado pela defesa técnica, o juízo proferiu decisão decretando a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação ao crime de resistência, dando continuidade à persecução penal no que atina ao delito de roubo. Irresignado com o provimento jurisdicional prolatado, por entender que o prazo prescricional foi erroneamente calculado, Guilherme, membro do MPRJ, pretende recorrer da decisão.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Guilherme deverá impugnar a decisão prolatada por meio de um (uma)

(A) recurso em sentido estrito.
(B) carta testemunhável.
(C) recurso inominado.
(D) correição parcial.
(E) apelação.

74

Matheus, servidor público no âmbito do Município *Alfa*, agindo de forma negligente, se esqueceu de trancar a porta do almoxarifado da repartição pública, embora devesse fazê-lo. Aproveitando-se da situação apresentada, Lucas, titular de um cargo em comissão, adentrou no local e subtraiu, para si, em proveito próprio, três *notebooks* de titularidade da municipalidade, valendo-se, para tanto, da facilidade que lhe proporcionou a qualidade de agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus

(A) responderá por peculato culposo, sendo certo que a reparação do dano, se precede ao recebimento da denúncia, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
(B) responderá por peculato culposo, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
(C) responderá por prevaricação culposa, sendo certo que a reparação do dano, se precede ao recebimento da denúncia, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
(D) não responderá criminalmente, porquanto a ordem jurídica pátria não prevê a figura da prevaricação culposa.
(E) não responderá criminalmente, porquanto a ordem jurídica pátria não prevê a figura do peculato culposo.

75

Em maio de 2024, João, primário, foi capturado em flagrante pela prática do crime de roubo circunstanciado pela restrição da liberdade da vítima. No curso da execução penal, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, Matheus, Promotor de Justiça, se manifestou sobre a viabilidade da progressão de regime por parte do apenado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que

(A) será cabível a progressão de regime por parte de João, desde que tenha cumprido, ao menos, quarenta por cento da pena, além de ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento e pelos resultados do exame criminológico.
(B) será cabível a progressão de regime por parte de João, desde que tenha cumprido, ao menos, cinquenta por cento da pena, além de ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, vedada a realização de exame criminológico.
(C) será cabível a progressão de regime por parte de João, desde que tenha cumprido, ao menos, sessenta por cento da pena, além de ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento e pelos resultados do exame criminológico.
(D) não é juridicamente cabível a progressão de regime, já que João foi condenado pela prática de crime que envolve violência ou grave ameaça à pessoa.
(E) não é juridicamente cabível a progressão de regime, já que João foi condenado pela prática de crime hediondo.

76

Catarina, Promotora de Justiça com atuação na Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro, foi instada a se manifestar sobre a progressão de regime de João, condenado de altíssima periculosidade, atualmente em cumprimento de pena pela prática de determinado crime hediondo. Em razão da inobservância dos requisitos previstos em lei, a representante do *Parquet* foi contrária ao pedido formulado pela defesa técnica.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que João está cumprindo pena pela prática do crime de

(A) corrupção passiva circunstanciada por se tratar de ocupante de cargo em comissão em empresa pública.
(B) lesão corporal dolosa de natureza leve, praticada contra policial penal no exercício da função.
(C) roubo circunstanciado de veículo automotor que foi transportado para o exterior.
(D) incêndio circunstanciado por envolver edifício público.
(E) furto qualificado pelo emprego de explosivo.

77

Após ser aprovado no concurso para integrar o quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Lucas participou de uma palestra sobre a instrução processual no âmbito do plenário do Tribunal do Júri.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas após o Ministério Público e o assistente.
II. Os jurados poderão, diretamente, formular perguntas ao ofendido e às testemunhas.
III. As partes e os jurados poderão requerer acareações, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos, bem como a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

78

Caio e João, maiores e capazes, agindo com dolo, transportavam cinquenta quilos de cocaína, quando, próximos à divisa com o Estado de Minas Gerais, foram parados em uma *blitz* da Polícia Militar. Observadas as formalidades constitucionais e legais, realizou-se revista no veículo automotor, constatando-se a presença do material entorpecente escondido. Em sede policial, informados sobre o direito constitucional de permanecer em silêncio, os presos confessaram a prática delitiva, afirmando que deixaram o Município do Rio de Janeiro com o objetivo de entregar as drogas na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. No curso da investigação, a Polícia Civil logrou comprovar, efetivamente e sem qualquer dúvida, que Caio e João atuavam em conjunto há meses, de forma estável e permanente, tendo realizado o referido trajeto por mais de dez vezes, levando drogas entre Estados da federação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006 e o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Caio e João responderão por tráfico de drogas

(A) sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena, já que não houve efetiva transposição de divisas com o Estado de Minas Gerais. Contudo, não haverá responsabilização pelo crime de associação para o tráfico, que pressupõe a associação de três ou mais pessoas para que a conduta seja formalmente típica.
(B) sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena, já que o material entorpecente não se destinava ao exterior. Contudo, não haverá responsabilização pelo crime de associação para o tráfico, que pressupõe a associação de três ou mais pessoas para que a conduta seja formalmente típica.
(C) com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que as drogas se destinavam ao Estado de Minas Gerais. Contudo, não haverá responsabilização pelo crime de associação para o tráfico, que pressupõe a associação de três ou mais pessoas para que a conduta seja formalmente típica.
(D) sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena, já que não houve efetiva transposição de divisas com o Estado de Minas Gerais. Além disso, haverá responsabilização pelo crime de associação para o tráfico.
(E) com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que as drogas se destinavam ao Estado de Minas Gerais. Além disso, haverá responsabilização pelo crime de associação para o tráfico.

79

De acordo com o Código de Processo Penal, apresentado o preso à autoridade competente, esta ouvirá o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando-lhe cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

( ) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

( ) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – F.
(B) V – F – V.
(C) F – V – F.
(D) V – V – F.
(E) V – V – V.

80

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ofereceu denúncia pela prática de crime ambiental em face de Matheus e da sociedade empresária *Alfa*, em litisconsórcio passivo. Nesse contexto, o advogado da entidade privada informou aos dirigentes desta que, em caso de condenação, a pessoa jurídica pode estar sujeita à aplicação, cumulativa ou alternativa, das penas de multa, prestação de serviços à comunidade e restritivas de direitos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, avalie se são penas restritivas de direito que podem ser aplicadas às pessoas jurídicas:

I. Proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.
II. Interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade.
III. Suspensão parcial ou total de atividades.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

Prova Discursiva - Redação

TEXTO 1

"Solidão" passou por inúmeras transformações e significados. “Atualmente, a solidão pode descrever uma divisão entre uma experiência física e uma mental: você pode estar no meio de uma multidão e se sentir solitário, mas pode viver sozinho e não se sentir solitário. As mudanças de significado da solidão podem nos dizer muito sobre como as pessoas em diferentes momentos entenderam suas experiências mentais, emocionais e físicas, e como se relacionaram umas com as outras”, defende Amelia Worsley, professora da Amherst College, nos EUA.

Laís Modelli. *De sentimento a sintoma, pesquisadora traça mudanças do conceito de solidão.* Disponível em: www.bbc.com/portuguese/geral-44060600. 12.05.2018. Adaptado.

TEXTO 2

Já faz algum tempo que muitos especialistas têm colocado a solidão na categoria de epidemia global, mas, no final de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deu um passo além: disse que ela é uma ameaça global à saúde e deve ser tratada como um problema de saúde pública. Sim, a falta crônica de conexão social tem o potencial de afetar não só a saúde física, como a emocional e a mental. Solidão não é sinônimo de estar sozinho, mas é ficar sem estabelecer qualquer tipo de relação afetiva de forma duradoura, e isso vale para família, amigos, colegas de trabalho, amores.

A cada ano que passa, mais e mais pesquisas vêm mostrando o impacto dela em todas as áreas da nossa vida. Pessoas solitárias têm maior probabilidade de ficarem deprimidas. Além disso, solidão e depressão compartilham sintomas comuns, como o desamparo e a angústia. Também aumentam as chances de abuso de álcool. A solidão é também fonte permanente de estresse, sendo ainda associada à baixa energia, fadiga e má qualidade do sono. Algumas pesquisas têm sugerido que, ao longo do tempo, ela pode fazer aumentar os níveis de certas substâncias inflamatórias que levariam a uma queda na capacidade cognitiva, fazendo crescer a probabilidade de surgirem vários tipos de demência.

Arthur Guerra. *Solidão: como manejá-la para que ela não adoeça você.* Disponível em: https://forbes.com.br/forbessaude/2024/09/arthur-guerra-solidao-como-maneja-la-para-que-ela-nao-adoeca-voce/. 11.09.2024. Adaptado.

TEXTO 3

O ser humano é um ser social. Isso significa que viver em sociedade é de extrema importância para a saúde e o bem-estar. A solidão crônica é frequentemente associada a maiores riscos de doenças e estar sozinho até mesmo por curtos períodos ganhou uma reputação negativa. Embora a sociabilidade tenha trazido muitas vantagens ao ser humano, a verdade é que passar o tempo sozinho também é fundamental para a saúde mental.

O que a ciência anda descobrindo é que ter um tempo só para você é tão importante quanto ter o apoio dos amigos e familiares. Fazer as coisas sozinho permite que você possa aproveitar aquilo que você quiser, quando quiser, no seu próprio ritmo. Isso significa não precisar se importar com o que os outros estão pensando ou se preocupar em atender às expectativas de terceiros. De quebra, você ainda tem abertura para refletir sobre suas próprias experiências e aprender mais sobre si mesmo.

Estudos recentes mostram que a solidão pode trazer benefícios. Ela melhora a concentração e a produtividade, permite que você priorize os seus interesses e aquilo que você ama, garante liberdade para maior expressão de sua criatividade, melhora os relacionamentos interpessoais e aumenta a empatia. Está tudo bem ficar sozinho desde que seja nas condições adequadas. Estar só porque você realmente não tem ninguém com quem contar é um mau sinal, mas pode ficar tranquilo se a sua solidão é voluntária, se você consegue manter bons relacionamentos com as outras pessoas, se você pode retornar aos grupos sociais quando tiver vontade e se você se sente bem em passar o tempo sozinho.

IPPR. *Os benefícios de ficar sozinho.* Disponível em: institutodepsiquiatriapr.com.br/blog/os_beneficios_de_ficar_sozinho/. 26.03.2024. Adaptado.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

COMO EQUILIBRAR OS BENEFÍCIOS E OS MALEFÍCIOS DA SOLIDÃO?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

FGV CONHECIMENTO